

ENTREVISTA DE CONSTANTINO REIS À AIM

O BANDITISMO VISTO DE DENTRO

A fuga até Joanesburgo

Constantino Reis fugiu em Setembro de 1982, saltando a fronteira com a Suazilândia, a cerca de um quilómetro do posto fronteiriço moçambicano da Namaacha. Já em território suazi foi a boleia até Manzini, onde se hospedou em casa de familiares, a quem explicou as razões da sua fuga e o que pretendia fazer.

«O meu objectivo era pedir asilo político num país que me aceitasse para que eu pudesse continuar os meus estudos», diz ele, acrescentando: «entretanto, sugeriram-me que fosse à Embaixada portuguesa, na Suazilândia»

PERGUNTA — Quem lhe fez essa sugestão e porquê?

RESPOSTA — Foram os amigos que eu tinha lá. Eles advertiram-me para que não entrasse em contacto com nenhuma entidade suazi ou com as entidades da ONU, pois corria o risco de ser recambiado para Moçambique. Disseram-me que a única alternativa era o Consulado português. Então eu fui lá e expus o meu problema. Foi-me dito que me poderiam ajudar na condição de eu renunciar à minha nacionalidade, o que eu não quis.

P. — E lá com quem falou?

R. — Falei com um sujeito que estava lá de serviço e que disse que era Cônsul.

P. — Ele apresentou-se como Cônsul?

R. — Sim senhor. Foi ele que me disse que poderia ajudar-me caso eu renunciasse à nacionalidade moçambicana. Eu disse-lhe que não queria mudar de nacionalidade. Ai, ele disse-me que poderia haver uma outra via para me tentar ajudar, mas essa via seria em Joanesburgo, na África do Sul, onde ele iria contactar uns indivíduos conhecidos, que me poderiam ajudar.

P. — E a partir daí o que é que sucedeu?

R. — Ele disse-me que tinha um negócio a tratar em Joanesburgo e que havia de lá ir. Eu aceitei. Mandou-me voltar lá uns dias depois que já estaria pronto para a viagem.

Durante a viagem pus-lhe o problema da fronteira. Disse-lhe que tinha o meu Passaporte moçambicano, o Bilhete de Identidade e outros documentos, mas não tinha visto de entrada na Suazilândia; e muito menos na África do Sul. Ele disse-me que não me preocupasse com isso, que ele tinha amigos na fronteira da África do Sul, que me poderiam ajudar.

Assim foi. Fizemos a viagem até

à zona de Komatipoort, por Ligs Peak, passando das machambas de açúcar. Quando chegámos à fronteira suazi, o homem desceu e mandou-me aguardar no carro, e foi lá falar com uns sujeitos suazís. Mas dez minutos depois, regressou e abriram-nos a cancela. Então passámos.

Quando chegámos à fronteira sul-africana, de novo mandou-me aguardar no carro. Minutos depois apareceram dois sujeitos sul-africanos de calção e meias brancas. Mandaram-me sair do carro e levaram-me até a um escritório da fronteira. Lá perguntaram-me quais as minhas intenções, porque é que eu tinha fugido de Moçambique, e fotocopiaram os meus documentos. Perguntaram-me se eu sabia que na África do Sul havia o «apartheid». Eu disse-lhes que sabia, mas que nas minhas condições eu não tinha outra alternativa, e o que eu queria era continuar os meus estudos. Um deles falava um pouco de português.

Integração no MNR

Constantino Reis foi levado para o Grande Hotel, em Joanesburgo, não ficou no edifício principal do hotel, mas sim numas dependências que servem de hospedagem, uns 30 metros ao lado, na mesma rua.

«Quando cheguei a esse hotel encontrei de novo o tal sujeito que me tinha levado até à fronteira de Suazilândia com a África do Sul. Os sul-africanos puseram-me nas mãos dele e ele passou-me a outros. Desde aí nunca mais o vi.»

P. — De quem era o hotel?

R. — Era de uns sujeitos portugueses.

P. — Como é que se chamavam os proprietários?

R. — Lembro-me de um Forjaz.

P. — Como é que conheceu esse Forjaz?

R. — Foi a ele que eu fui entregue. Disse-me que eu não me preocupasse e que a pessoa que me devia ajudar não se encontrava lá. Perguntou-me se eu conhecia um tal Francisco Bomba. Eu disse que não, que simplesmente conhecia o irmão, o piloto que tinha fugido há pouco tempo de Moçambique (Adriano Bomba).

Quatro ou cinco dias depois apareceu o tal Francisco Bomba, que se intitulava responsável dos assuntos civis do MNR e que me disse que já tinha conhecimento do meu caso. Disse-lhe que não me queria meter de novo em questões políticas, que só queria estu-

dar. Ele mostrou-se optimista ao dizer-me que havia possibilidades de eu estudar, mas só na condição de eu ingressar no MNR.

Esprei mais uma semana até que apareceu o Orlando Cristina, acompanhado do Afonso Dlhakama, que se apresentou como Presidente do MNR. Trataram-me pelo meu nome — o que me surpreendeu — e disseram-me que não me preocupasse, que as minhas pretensões iam ser satisfeitas. Então perguntaram-me se eu estava realmente disposto a colaborar no MNR, e que numa questão de dois ou três meses eu iria para um país europeu estudar. Até me disseram que o país que estava a dar bolsas de estudo era a Alemanha Federal.

Essa ideia foi animadora para mim, uma vez que naquele momento eu estava desamparado, não tinha para onde ir. Passaram-se uns momentos de conversa e então mandaram-me para os arredores de Pretória.

Enquanto estive no Grande Hotel, Constantino Reis conheceu vários portugueses que se interessaram pelo seu caso.

«Suponho que eram informadores do MNR ou coisa assim no género. Havia um trajano, assim de uns 40 anos, barrigudo. Pareceu-me um bocado violento e muito arrogante. Não foi muito sociável comigo. Creio que ele era o outro proprietário do hotel.»

P. — Apareceu-lhe um outro de nome Quental?

R. — O Quental conheci-o mais tarde, em Pretória. Muitas vezes era ele que pilotava o avião nas entradas em Moçambique. Recordo-me também de outro nome: Alvaro Récio, não muito alto, uma barba muito afinada. Suponho que estava muito ligado a um Bento Maria. Perguntou-me se eu conhecia esse Bento Maria. Vim a conhecê-lo em Pretória.

Uma farma em Walmerstad

Já em Outubro de 1982, Reis foi levado para aquilo que se designava por «campo político do MNR»; a uns 45-50 quilómetros de Pretória, numa zona chamada Walmerstad.

«Chegámos por volta das 14,15 horas. Devia ser uma farma já abandonada. Tinha umas oito residências, cada uma com dois quartos, sala, cozinha, enfim, toda a mobília. Tinha também um tanque de água e um gerador. Ficava numa pradaria, numa zona reservada para o Exército sul-africano.

A maior parte das farmas nos arredores era de oficiais do exér-

P. — **O que é que aconteceu aos suspeitos?**

R. — Quando já estávamos nesse tal outro local, eu e o Ululu Vicente perguntámos ao tenente Johan o que é que tinha acontecido aos detidos.

Ele disse-nos: «não contem mais com essa gente. Eles já não pertencem a este mundo». Nunca mais os vimos.

P. — **Qual era a actividade normal da Cristina?**

R. — Ele fazia essas coisas, que já disse, na farma, o trabalho na rádio, reuniões, o trabalho com a documentação, coisas assim. Mas eu creio que ele trabalhava directamente para os sul-africanos também, porque tinha um escritório no Zanza. Tinha lá a sua secretária, uma senhora chamada Lucinda, que vinha trabalhando com os bandos desde a Rodésia de Smith. Suponho que o Cristina, para além do salário de secretário-geral do MNR, tinha outro ordenado lá no Zanza.

Já por altura da morte dele, vi que ele tinha outros interesses. Ele, o Evo Fernandes e os sul-africanos tinham outros interesses para além dos bandos. Pela primeira vez vi uma grande quantidade de marfim que vinha do interior de Moçambique, que era entregue ou vendido aos sul-africanos. Realmente vinham grandes quantidades. O marfim vinha nos aviões que regressavam do interior de Moçambique depois de transportarem para lá homens ou material. Também ouvi falar por alto, de pedras preciosas.

P. — **Cnde é que os chefes dos BA's faziam as suas reuniões?**

R. — A primeira reunião daquilo a que chamavam Conselho Nacional foi em Maio de 82, lá no «campo político». Foi nessa reunião que se fizeram uma série de remodelações. A segunda foi em Outubro desse ano na RFA, em Bona ou Colónia. A terceira foi também na RFA, penso que em Bona, em Março de 1983. O Dihakama participou em todas elas.

P. — **O que é que se passou nessa última reunião na RFA?**

R. — Só sei dizer que se propôs que o Cristina abandonasse o cargo de secretário-geral, que poderia ficar apenas como colaborador. Ele parece que não concordava com isso. Depois dessa reunião vi que as relações entre o Cristina e o Dihakama não estavam boas.

P. — **E quem ia ser o secretário-geral?**

R. — Nessa altura não se sabia. Mais tarde é que passou a ser o Evo Fernandes que era o porta-voz em Portugal. Isso eu soube quando já estava no interior de Moçambique. Creio que foi nessa altura que os sul-africanos se viraram mais para teleguiar o Dihakama. Até houve um descarregamento de mobiliário na Gorongosa, para montarem lá o escritório do Dihakama.

Também, por altura da morte do Cristina, muitas das ordens dos sul-africanos já tinham directamente para o Dihakama e não através do Cristina. Também se falava que o Cristina se preparava para fugir com muito dinheiro do MNR, e que ele era português e ex-PIDE.

Aqui há uma outra coisa. Em 1982, o Cristina estava sob grande pressão dos sul-africanos, para procurar moçambicanos radicados no estrangeiro, para formarem um bloco político para o MNR, porque os bandos quando chegaram da Rodésia de Smith não tinham identidade política nenhuma. O político, segundo se intitulava, era ele próprio, e o Evo Fernandes. No início de 83 via-se uma grande pressão na procura de indivíduos que formassem o tal bloco político. Foram contactados sujeitos na RFA, no Quênia, na França e nos EUA. Suponho que os sul-africanos pretendiam arranjar um bloco político que enfrentasse negociações que pudesse haver, porque o MNR não tinha ninguém.

P. — **O Cristina nunca lhe falou de um Jorge Jardim?**

R. — Falou-me sim senhor. Ele tinha contactos com o Jardim, no Gabão, onde o Jardim era proprietário de um Banco. E dizia-se que ele era um dos financiadores do MNR. Até aconteceu uma coisa sem cabimento nenhum. O Jardim morreu (em fins de 82), e na reunião de Bona, em 83, fez-se um minuto de silêncio pela morte dele. Não sei o que isso representava na medida em que ele era um português.

Mudanças repentinas

P. — **Depois da vitória de Robert Mugabe, no Zimbabwe, os sul-africanos ficaram com todo o MNR?**

R. — Muitos passaram para o MNR já na África do Sul, mas muitos não queriam fazer mais banditismo em Moçambique. Então, aí os sul-africanos entregaram-lhes dinheiro e entraram para o mercenarismo na África do Sul, que passou a utilizar muitos deles na Namíbia.

P. — **Nessa passagem para a África do Sul, não foram mortos alguns elementos da rádio?**

R. — Sim, sim, dizia-se que foram mortos porque não concordavam com o Cristina, não concordavam com a presença dele ali. O Cristina não aceitou e parece que foi através dele que esses sujeitos foram mortos. Um foi morto num bar e outro apareceu morto num carro.

Após a semana de interrogatórios que se seguiram à morte de Orlando Cristina, todos os ocupantes do «campo político» foram mudados para outro local.

«Foi uma coisa muito à pressa», diz Reis. «Diziam que tínhamos de mudar de local porque havia jornalistas à nossa procura».

P. — **E para onde foram levados?**

R. — Fomos para um quartel que devia ser da inteligência militar sul-africana, ainda na zona de Walmerstad, um bocado mais para o interior, no mato. Era um quartel totalmente guarnecido pelos sul-africanos, cheio de controlo. Ali não havia ninguém alheio aos serviços.

Lá fomos postos a viver em caravanas (rulotes). Não podíamos contactar com ninguém. Davam dinheiro ao Roland ou ao «Monteiro», eram eles que nos traziam a comida e outras compras. Continuamos a receber os nossos salários enquanto estivemos ali,

cerca de um mês. Lembro-me de ter visto lá alguns dos polícias que tinham estado na farma a investigar a morte do Cristina. E de repente, ouvimos dizer que andavam novamente jornalistas por aí. Então fomos levados num camião fechado para Pietersburg.

Chegamos a Pietersburg em Junho e ficamos lá até 26 desse mês, fomos levados para um campo abandonado, numa área montanhosa, longe da cidade. Creio que aquilo tinha sido, em tempos, um local de serviços florestais. Mais tarde tive a curiosidade de procurar no mapa. Aquilo ficava já na zona de Messina, entre as fronteiras moçambicana e zimbabweana com a África do Sul.

Ficamos a viver numa casa muito grande e éramos guarnecidos dia e noite, por soldados sul-africanos.

Contradições e fuga

No dia 26 de Julho foram todos levados, de novo num camião fechado. Depois de cerca de duas horas e meia de viagem — cerca de meia hora numa estrada de terra-batida — chegaram a um local onde havia uma pista de aterragem. «Ficamos no camião e só saímos quando aterrou o avião, que nos levaria para a Gorongosa. Fomos transportados rapidamente do camião para o avião, tipo «Dakota», com 2 hélices e com lugar para umas 20 ou 25 pessoas, em bancos corridos».

Foi já dentro do avião que, através do tenente Johan e de um «sujeito albino», que souberam que iam para a Gorongosa. Levantaram voo por volta das cinco da tarde, e cerca de hora e meia depois aterravam numa antiga pista de 1000 metros de comprimento, outrora utilizada para caçadores, na Gorongosa, província de Sofala. No avião, com Reis, iam vários outros, incluindo «5 indivíduos que acabavam os seus treinos de especialistas em sabotagem».

Nós fomos levados para um local chamado «Casa Banana», junto à montanha da Gorongosa, onde já havia gente. Eu fiquei numa pátota sozinho. Dois ou três dias depois o Dihakama ainda dizia que havia possibilidades de eu regressar para ir estudar, e coisas assim.

P. — Havia sul-africanos na base, nessa altura?

R. — Nesse momento não havia, mas iam lá várias vezes.

Em Setembro de 83, foi enviado por Dlhakama para a «base Púngoê, também nos arredores da Gorongoza, perto de uma montanha de pedra com uns 150 metros de altura».

P. — O que é que fez nessa base Púngoê?

R. — Nessa base permaneci até Fevereiro de 84, porque em fins de Janeiro ela foi atacada pelas FPLM (Exército moçambicano). Houve fugas em debandada e nós entramos no mato.

P. — E para onde foi após esses acontecimentos?

R. — Depois recebi ordens para ir para Nagadeshe, uma outra base que ficava a Oeste de Maringoe.

Permaneci lá de Fevereiro até Julho de 84. Lá continuei a trabalhar nas comunicações.

P. — Quem chefiava essa base de Nagadeshe?

R. — Era um indivíduo de nome Afonso Ponde, que foi treinado na África do Sul como pára-quedaista.

Foi nesta base que surgiram contradições, que se foram juntar a outras que tinha tido quando estive a dar aulas em Gorongoza.

P. — Que tipo de contradições?

R. — Em Gorongoza eu falava com soldados sobre tudo aquilo, só para ver o nível deles, para perceber porque é que eles serviam os BA's. Eu dizia-lhes que aquilo não ia durar muito, mas era muito difícil fazer-lhes entender, porque estão mentalizados de tal maneira, que acreditam que a Frelimo mata todo e qualquer indivíduo que tivesse sido dos BA's, que não valia a pena entregarem-se.

Entretanto, um deles queixou-se que eu estava a tentar aficiar os soldados, que eu ouvia constantemente a Rádio Moçambique, e que estava a mudar de ideias. Então fui punido, fui chamoqueado e meteram-me na base dos detidos.

Tive novas contradições porque critiquei um comandante que punia um indivíduo, obrigando-o a fazer flexões sobre o fogo. Era um BA que tinha roubado alguém da população e tentara violar uma criança. Eu critiquei porque eles próprios, os comandantes, faziam sempre essas coisas: violavam crianças, roubavam, mas faziam aquele papel de punir só para tapar a vista à população. Esse indivíduo, depois de muitas flexões, caiu e queimou-se. Então, eu fiz uma carta para o comandante Mário Frank, que era o responsável daquela zona. Essa carta foi mal compreendida. Ela foi enviada para a base da rádio na Gorongoza, onde o Dlhakama teve conhecimento dela. Mais tarde veio uma mensagem do próprio Dlhakama, que eu próprio descodifiquei. Ele dizia: «avisem esse Constantino Reis de que se continua com essas coisas vai ser fuzilado». A mensagem foi entregue ao comandante. Houve uma algazarra, tal que eu estava cheio de medo. Foi quando decidi que não deixava passar o mês de Julho sem tentar fugir».

Constantino Reis fugiu de Nagadeshe no dia 10 de Julho por volta das 10 horas da noite. Pôs o seu rádio alto para pensarem que ele estava na palhota, pegou na arma e na bagagem e fugiu da base. Não foi difícil iludir os sentinelas porque, segundo ele, «são sentinelas apenas de nome, dormem à vontade».

Após duas horas de caminhada chegou a uma picada que o levaria até Sena. Continuou a caminhar toda a noite e já de manhãzinha, quando procurava um sítio dentro da floresta para passar as horas até anoitecer de novo, foi visto por um madjiba. «Eu tinha a minha arma nas costas e ele tinha a dele nas mãos. Mandou-me parar e eu ouvi o ruído da baía a entrar na câmara. Ouvi o barulho da culatra e assustei-me. Então, ele disse-me que eu devia ser das FPLM e disse que me ia levar a uma base».

Reis foi levado a uma base chamada «Chuva», mais para o interior, que tinha uns 20 elementos, com um comandante de companhia. Reis explicou-lhes que era do MNR e que ia até Modoro fazer a lista dos novos recrutas. Por acaso até tinha blocos e canetas na sua sacola, assim como algumas mensagens. A sua sorte foi haver naquele grupo um indivíduo que o conheceu em Gorongoza e que confirmou aos restantes que ele era realmente oficial do MNR. Reis passou o dia nessa base, mas à noite voltou a fugir, e após oito dias de marcha, com os pés inchados e cheios de picos (ele fugira descalço para não deixar pistas fáceis), chegou a uma aldeia perto de Sena, onde pediu comida e água a um aldeão, a quem contou a sua história. Pouco depois entregava-se a oficiais das FPLM.

Outros dados

P. — Depois do Acordo de Nkomati houve algum descarregamento de material?

R. — Houve, sim senhor. Uns 5 a 10 dias após o Acordo de Nkomati, em Março, dois barcos descarregaram material de guerra a norte da Beira, na costa. Era tanto material que levou 15 dias a descarregá-lo. Existe lá uma base própria, desconhecida dos próprios bandos, onde só há alguns indivíduos que conhecem os sinais que são transmitidos quando os barcos se aproximam.

P. — Depois do acordo as vossas comunicações por rádio com a África do Sul prosseguiram?

R. — A rádio, «Voz da África Livre», foi fechada, mas as transmissões por rádio continuaram normalmente. Em Pietersburg aquilo continuava a funcionar, embora tivessem diminuído o efectivo. As mensagens vinham na mesma da África do Sul para o Dlhakama e ele distribuía pelas bases o que era preciso fazer.

P. — De onde é que vinha o vosso material de guerra?

R. — Vinha da África do Sul e era normalmente descarregado em pára-quadras ou de barcos. Mas também havia material português misturado.

P. — Português?

R. — Era armamento que vinha de Portugal, não sei porque via, mas vinha e entrava na África do Sul. Eram armas ligeiras, AK-47, coronha de fibra.

P. — Mas Portugal parece que não fabrica essas armas.

R. — Não sei. O que sei é que vi uma caixa com escrita em português e com alguns números de código. Todo esse armamento tinha letras E. P., sempre E. P., até em equipamentos de hospital, copos e pratos de alumínio. (E. P. provavelmente quer dizer «Exército Português»).

P. — Os bandidos conhecem Evo Fernandes e Jorge Correia?

R. — Os BA's, na sua grande maioria, não conhecem nenhum responsável do MNR, só conhecem os seus comandantes directos.

P. — Como é que os elementos do MNR se tratam entre eles?

R. — «Matsangaizas» (alusão a Andren Matsangaiza, morto pelas FPLM em 1979).

P. — Por que é que há esta quantidade enorme de crimes como cortar orelhas, lábios, crimes desse tipo?

R. — Tive oportunidade de falar com vários deles sobre essas coisas. Eles diziam que a primeira coisa que fazem é informarem-se de quem, numa aldeia, é membro da OMM, OJM, Grupo Dinamizador, etc. Esses são as primeiras vítimas. As segundas vítimas são aquelas pessoas que carregam e depois fogem. Então, se são apanhadas, cortam-lhes as orelhas, os lábios, o nariz, coisas dessas. Têm feito barbaridades dessas, principalmente quando atacam os machimbombos. Também se vêem uma rapariga jeitosa e ela recusa ir com eles, cometem essas barbaridades sobre ela. Não sei qual é a motivação psicológica para coisas destas. Houve um período em que houve ordens para pararem, mas aquilo já tinha sido oficializado no princípio da guerra e então continuou. Diziam, primeiramente, que era para criar o terror na população. Muitas vezes, faziam essas coisas, mas fardados com fardas das FPLM, para levarem a população a pensar que eram as FPLM que faziam isso.

Eu conheci um indivíduo que fazia essas coisas incríveis. Não sei o nome dele. A alcunha era «comandante Droga». Quando fazia um assalto a uma povoação, a um machimbombo, ou a um comboio, ele tinha que ter sempre uma vítima dele. Ele chupava o sangue das vítimas e depois untava-se

com o sangue. Também diziam que ele abria a barriga das pessoas e tirava o coração. Penso que não devia ser bom da cabeça, julgo que andava drogado. Mas para além dele havia mais.

P. — Havia distribuição de drogas na Gorongoza?

R. — Sim, os sul-africanos têm uns certos comprimidos que davam a certos indivíduos quando iam fazer ataques importantes. Estes depois davam a outros, misturado em bebida. Creio que conseguiram drogar alguns trabalhadores que lhes deram as posições dos milicianos.

P. — Na África do Sul havia bases de outros grupos além do vosso?

R. — Havia sim, para os rebeldes do Zimbabwe e os da UNITA, de Angola. Depois da independência do Zimbabwe os sul-africanos ficaram com uma parte do exército de Muzorewa. Para a UNITA há campos na África do Sul, para além daqueles que têm na Namíbia.

P. — Há problemas de tribalismo no MNR?

R. — O tribalismo lá é um facto. Por exemplo, quase todos os oficiais são de origem ndau, que têm contradições com os que são de origem changane, porque dizem que os changanes só gostam de armar que sabem tudo. E havia outras contradições. Uma vez houve uma grande confusão na Zambézia. Quem abriu a frente da Zambézia não foram os bandos, mas uma organização qualquer apoiada por indivíduos indianos no Malawi. Quem chefiava os grupos era um tal Gimo. Portanto,

quando os bandos chegaram Zambézia foi só integrarem-se e se outro grupo e chegou a haver troca de tiros entre eles. Tudo causa do tribalismo, porque não aceitavam que esse G fosse o responsável pela Província porque era changane. Queriam fosse um indivíduo do mesmo grupo étnico do Dihakama.

P. — E o racismo?

R. — Também havia, especialmente contra os brancos. Eu também passei maus bocados por não falava ndau, só changane. Foi quando falava português dizia que eu estava a desprezar as línguas nacionais.

P. — Ouvia falar de um Paulo da Oliveira?

R. — Sim. Vi-o lá na farma. Ele ficava em Pretória, não ficou na farma por causa de problemas raciais. Ele foi contactado em Portugal pelo Orlando Crist quando trabalhava no jornal «Dia». O trabalho dele era fazer comentários que depois entregava aos locutores.

P. — O que é que gostaria de ser a partir daqui?

R. — Gostaria imenso de continuar a estudar, mas não de ser professor. Eu queria ir para a medicina e isso meteu-se-me de maneira na cabeça, que ter de ser professor criou contradições que me levou a fugir. A culpa foi imaturidade política, análises mal feitas, decisões precipitadas, coisas do género. Mas estou certamente disposto a contrariar para a reconstrução nacional. Estou disposto a voltar para o país se for preciso, para combater os bandos armados.

Os ouvintes da RM têm vindo a ser solicitados para ouvir, com interesse sempre crescente, o depoimento de Constantino Reis, jovem moçambicano de 25 anos, que foi bandido armado, conheceu o banditismo por dentro, compreendeu a sua verdadeira natureza e abandonou o perigoso caminho em que se tinha metido. A entrevista que concedeu à AIM revela factos que muitos moçambicanos desconheciam, pormenores do envolvimento sul-africano no terror e na violência que têm mergulhado na dor e no luto a Nação moçambicana, provas de que os bandidos não têm ideologia ou qualquer espécie de estrutura ou pensamento político.

